

### Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião realizada a 17 de março de 2025, pelas 11h00, via plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações.
2. Apreciação da proposta de relato da reunião anterior.
3. Publicações relacionadas com o trabalho que se vem desenvolvendo nos domínios da Inovação Pedagógica, dos Professores e das Desigualdades e Democratização.
4. Análise, discussão e possibilidades concretas de desenvolvimento na sequência da reunião com o Senhor Vice-Presidente da FCT, Professor Francisco Santos.
5. Outros assuntos.

Na sequência de convocatória para a reunião da Comissão Coordenadora, estiveram presentes, para além do Presidente, Domingos Fernandes, a Secretária-Geral, Nilza de Sena, os conselheiros António Firmino da Costa e António Neto Mendes e as conselheiras Flávia Vieira, Jesus Maria Vaz Fernandes, Maria Assunção Flores e Patrícia Ávila.

No **ponto 1**, e após cumprimentar e agradecer a presença de todos, o Presidente transmitiu as seguintes informações:

- a) Em março, foi concretizada a mobilidade de Isabel Oliveira para a assessoria técnico-científica (ATC). É doutorada pela Universidade de Coimbra e especialista nas áreas da descentralização e territorialização das políticas educativas, temáticas a incluir na publicação do Estado da Educação, prevista para dezembro de 2025, e pelas quais ficará responsável.
- b) Atendendo às atividades a realizar no âmbito 3.ª comissão especializada permanente (CEP): síntese do que tem sido feito a nível nacional e internacional ao nível da descentralização; audições a individualidades que possam contribuir para a discussão desta temática; organização de seminário acerca da descentralização e elaboração de recomendação nesta matéria, Isabel Oliveira irá assessorar a 3.ª CEP.
- c) Os trabalhos inerentes ao projeto DICA estão em fase de conclusão e, apesar do atraso devido, entre outros aspetos, à falta de recursos humanos na ATC, mantém-se a data prevista para a sua publicação (março de 2025).

No **ponto 2**, o Presidente colocou para apreciação dos presentes a proposta de relato da reunião anterior (16 de janeiro de 2025), tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

No **ponto 3**, e decorrente do trabalho realizado nas 2.ª, 4.ª e 5.ª CEP, o Presidente reiterou a importância da publicação do conhecimento produzido nos domínios da Inovação Pedagógica, dos Professores e das Desigualdades e Democratização. O trabalho desenvolvido pelas referidas CEP, designadamente, as recomendações acerca da inovação pedagógica nas escolas e as dimensões estruturantes da profissão docente, desencadearam a realização de *webinars* e seminários que contaram com a participação de individualidades do mundo académico e do mundo prático e a partir dos quais se produziram sínteses e documentos que traduzem um conjunto de orientações passíveis de grande utilidade no contexto das práticas letivas e da formação inicial e contínua de professores. Por conseguinte, importa que os mesmos sejam publicados e divulgados.

Todos os presentes concordaram com a importância da publicação destes e de outros trabalhos desenvolvidos e a desenvolver pelas diferentes CEP. Assim, o suporte (on-line/impresso), a estrutura, a linha editorial e o enquadramento das publicações foram alvo de discussão.

A conselheira, Flávia Vieira, a propósito da recomendação sobre inovação pedagógica e do referencial para a inovação, disse que, em articulação com alguns centros de formação, já fez várias sessões para professores, tendo constatado que várias escolas já estão a trabalhar com recurso àquele referencial. Reconhecendo a necessidade de maior visibilidade dos trabalhos produzidos pelo CNE, questionou se se deve apostar numa publicação em suporte papel e referiu que, em termos de linha editorial, importa pensar no futuro e na manutenção dessa publicação. Disse, ainda, que face às publicações existentes no CNE (Pareceres e Recomendações, Estado da Educação, DICA, Estudos, Relatórios, Seminários e Colóquios, Outras Publicações), a criação de uma nova coleção implica pensar no que a caracteriza e distingue das existentes ou considerar a reestruturação/reconfiguração das mesmas no sentido de integrar os trabalhos em apreço.

A Secretária-Geral, Nilza de Sena, referiu a importância de se definirem critérios que possam garantir a continuidade desta publicação e disse que deve equacionar-se se a mesma é, ou não, impressa, na medida em que a aposta no digital, nomeadamente num formato *e-book*, chegará a mais público. Sugeriu que, à semelhança das “bandeiras” no Estado da Educação, se possam definir temas a incluir na coleção.

A fim de evitar redundâncias, a conselheira, Assunção Fores, disse ser importante discutir qual o enfoque, a estrutura, o enquadramento e os objetivos das publicações e, conseqüente, definir uma linha editorial que garanta a sua distinção face a outras publicações do CNE. Sendo possível avançar, no imediato, com 3 coleções decorrentes dos relatórios técnicos, das sínteses e dos documentos existentes, questionou como é que os mesmos podem ser trabalhados e enquadrados no modelo/estrutura das publicações que agora se discutem.

A conselheira, Patrícia Ávila, informou que foi solicitado aos oradores participantes no seminário, “Diversidades, língua(s) e inclusão: Desafios a enfrentar nos próximos anos”, um contributo, por escrito, e que o desafio que se coloca, neste momento, é o de definir uma estrutura para a coleção/publicação que se discute, sendo que a mesma deve existir, sempre, na versão digital.

O conselheiro, António Firmino da Costa, propôs que uma possível coleção pudesse ser acompanhada de um pequeno descritivo e integrada numa das publicações do CNE, nomeadamente, *Estudos*, a qual poderia ser reorganizada ou incluir um item relativo a tal coleção. Sob o ponto de vista da divulgação, disse que será mais fácil fazê-lo através do *on-line* e sugeriu que a nova coleção tenha lugar de destaque na página do CNE. Neste sentido, e numa lógica de custo/benefício, disse que a publicação em suporte papel poderá não ser muito útil.

Face à diversidade de conteúdos a publicar, a conselheira, Jesus Maria, considerou importante que se reflita acerca da estrutura, da continuidade e da regularidade desta coleção e questionou a vantagem da sua criação no momento atual.

O conselheiro, António Neto Mendes, referiu que a publicação ou coleção em discussão traduz um pilar fundamental para a divulgação do trabalho do CNE, na medida em que permitirá partilhar conhecimento, reflexões e contributos decorrentes do que é feito. Contudo, questionou se se justifica a criação de uma publicação específica para a divulgação destes trabalhos ou se os mesmos podem ser incluídos nas publicações já existentes no CNE.

O Presidente agradeceu os contributos de todos e salientou que as publicações em discussão são distintas de todas as existentes no CNE, na medida em que os trabalhos a divulgar não são estudos nem visam a transcrição do que as pessoas disseram nas suas intervenções; o que se observa nos documentos produzidos é a capacidade de articular conhecimento científico com as práticas reais das escolas. O que existe, e que pode ser divulgado, nomeadamente através de brochuras, é profundo e

pode ajudar as escolas a refletirem sobre as suas práticas de forma mais fundamentada. Independentemente desta coleção vir, ou não, a ter continuidade, é importante que as escolas e os CFAE possam ter um documento sobre o qual vale a pena refletir e que poderá ser útil nas suas práticas. Referiu, ainda, que gostaria que estes trabalhos tivessem outro destaque e outra identidade pelo que considera que a sua integração noutras publicações do CNE os poderá descaracterizar. Neste contexto, propôs a criação de um pequeno grupo de trabalho que possa elaborar e apresentar uma proposta editorial para uma hipotética nova coleção, tendo-se disponibilizado para o efeito as conselheiras, Flávia Vieira, Assunção Flores e Patrícia Ávila.

No **ponto 4**, o Presidente começou por destacar o papel da ATC ao nível da investigação (síntese da literatura, recolha e tratamento de dados e informação, produção de texto, entre outros), reiterando que os assessores são investigadores qualificados e preparados para articular com o ensino superior na produção de conhecimento (dos 10 assessores, 7 são doutorados).

Na sequência da reunião com o Senhor Vice-Presidente da FCT, Professor Francisco Santos, onde estiveram presentes os elementos da Comissão Coordenadora e da ATC, o Presidente recordou um conjunto de oportunidades decorrentes do CNE ser uma entidade não académica de acolhimento de bolseiros de doutoramento da FCT, na área da educação. Enquanto entidade não académica, e através de algumas das medidas apoiadas pela FCT, assessores não doutorados poderão fazer doutoramento e especializarem-se em áreas de interesse e atuação do CNE e será possível o apoio de entidades externas para desenvolver e aprofundar temáticas e estudos em curso.

O Presidente colocou à consideração da comissão coordenadora o interesse para o CNE em ser uma entidade não académica e poder beneficiar de algumas medidas e programas financiados pela FCT.

Todos os presentes se manifestaram, favoravelmente, e assumiram a importância do CNE formalizar, junto da FCT, o interesse em ser uma entidade não académica pois, como referiu o conselheiro António Firmino da Costa, é convergente a importância desta possibilidade e é importante para o CNE ser uma entidade de acolhimento de doutorandos em meio não académico, pois reúne condições para o fazer e em diversas temáticas. A este propósito, sugeriu que as áreas de investigação correspondam às temáticas de cada CEP, designadamente, currículo; inovação pedagógica nas escolas; escola e sociedade; professores e outros profissionais da educação; democratização e desigualdades educativas; educação superior, ciência e tecnologia e admitiu que a coorientação dos doutorandos possa ser feita pelos coordenadores das CEP ou por elementos doutorados da ATC.

Considerando a natureza do trabalho que se desenvolve e a importância que terá para o CNE ser uma entidade não académica, o Presidente reiterou a pertinência deste conselho poder vir a ter um conjunto de pessoas na carreira de investigação.

A conselheira, Patrícia Ávila, recordou alguns programas da FCT destinados a entidades não académicas, nomeadamente, os doutoramentos na administração pública e o science4policies, através do qual o CNE pode candidatar-se e ter investigadores a trabalharem em áreas que são do seu interesse.

A conselheira, Assunção Flores, reiterou a importância do CNE ser uma entidade não académica e referiu que o tempo urge, pois, as candidaturas para doutoramento em ambiente não académico estão abertas e é necessário verificar se há candidatos interessados, com projetos articulados com as universidades e que cumpram os critérios definidos pela FCT. Referiu, ainda, o science4policies 2023 e a necessidade de se explorar esta medida pela sua pertinência aos estudos do CNE.

A conselheira, Jesus Maria, disse que o CNE devia manifestar, junto da FCT, a intenção de ser uma entidade não académica e sugeriu que os coorientadores de doutoramentos possam ser outros conselheiros, para além dos que coordenam as CEP. Destacou a medida sciences4policies como muito importante atendendo à natureza do trabalho e aos estudos que se realizam nas diferentes CEP.

Após análise e discussão do previsto no ponto 4, o Presidente disse que, em articulação com a Secretária-Geral, irá avançar com os procedimentos necessários para que o CNE seja uma entidade não académica. Posteriormente serão discutidas questões relacionadas com a orientação e a realização de investigações de doutorandos em meio não académico.

No **ponto 5**, não houve outros assuntos a tratar pelo que o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminada a reunião.